

Pauta: Calçadas – o direito ao caminhar seguro na cidade

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): (10h17min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, hoje com a pauta: calçadas – o direito ao caminhar seguro na cidade. Bom dia, senhoras e senhores, minha saudação ao Ver. Moisés Barbosa, esta comissão é composta pela Ver.^a Karen Santos, que é a presidenta, a Ver.^a Fernanda Barth, vice-presidente, Ver. Adeli Sell, que estou assumindo na minha segunda reunião, Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Jessé Sangalli e Ver. Pablo Melo. Para que não haja atrasos, nós tínhamos combinado ontem, no plenário, que nós começaríamos a reunião sem muita tardança.

Quero convidar para compor a Mesa: Sra. Neli Miotto, presidente do Conselho Municipal do Idoso – Comui; Sra. Lorecinda Ferreira Abrão, diretora-geral da fiscalização, da Secretaria Municipal de Fiscalização – SMSEG, importante a tua presença aqui. A gente também tinha convidado o nosso secretário municipal de obras e infraestrutura, talvez ele apareça.

Eu estava vendo aqui com o pessoal que compõe a assessoria da nossa comissão, para que a gente pudesse depois fazer os devidos encaminhamentos, Moisés. E eu já pediria o seguinte, para que a gente não fique muito distante, que algumas pessoas pudessem sentar junto a nós aqui na Mesa: Sra. Marivane Anhanha Rogerio, vice-presidente da Associação do Centro Histórico, talvez a região mais afetada pelo problema das calçadas, também é presidente da Praça Brigadeiro Sampaio, a primeira praça da cidade de Porto Alegre; a educadora Neusa Pivatto, pela sua trajetória, porque participou da formulação das políticas públicas para as pessoas idosas, no governo da República, historicamente daqui, voltou para a terra; Sr. Palmor Vasconcelos Cardoso, da Nacipaz, da Zona Norte; Sr. Mário Barbosa Motta, que é uma pessoa que, talvez, mais quilômetros rodados tenha em Porto Alegre, foi motorista da Carris, portanto sabe os problemas de acessibilidade, Mário, se puder sentar à mesa também, acho que fica mais próximo de nós; e temos um outro visitante ilustre aqui, que veio do interior do Estado para questões familiares, não posso deixar de convidar, o Dr.

Júlio Garcia, de Santiago. O Ver. Jessé chegou, por favor, faça parte da Mesa. Como eu havia colocado, Jessé, nós combinamos ontem que começaríamos a reunião sem muita tardança porque a Karen e a Fernanda talvez tenham problemas de presença nesse momento, então já resolvemos começar a reunião. Eu acho que antes de nós, vereadores, a gente poderia ouvir a Neli Miotto, que é do Conselho Municipal do Idoso, a entidade representativa, porque teremos uma panorâmica, já que ela deve receber muitas informações da questão, hoje, da acessibilidade, a circulação na cidade, a questão das nossas calçadas, tema que apareceu na nossa reunião na semana passada, na Ilha Grande dos Marinheiros, apareceu aqui no plenário, inclusive foi uma sugestão inicial da vice-presidente quando eu falei das calçadas. A Fernanda e a Karen acharam que deveria já pautar nesta reunião, e a assessoria já fez esse movimento. Sejam, portanto, todos bem-vindos e bem-vindas. A Sra. Neli está com a palavra.

SRA. NELI MIOTTO: Bom dia à mesa, bom dia aos convidados, enquanto representante do Conselho Municipal do Idoso aqui de Porto Alegre, acho importante a gente pensar na questão das calçadas, principalmente no quanto isso tem impactado a vida da população idosa. Hoje nós temos 23% da população porto-alegrense acima de 60 anos, isso significa quase um terço da nossa população, e que tem problemas de mobilidade reduzida. A gente sabe que com o avanço da idade, da experiência, a gente vai reduzindo os passos, vai reduzindo a altura do pé, então tropeçar e não visualizar um degrau ou uma calçada solta, isso é muito comum para o idoso. Quando nós nos deparamos não só com o Centro Histórico em reformas permanentes, que não acabam nunca, assim como nós temos parte da Cristóvão Colombo, nós temos a Zona Norte de Porto Alegre, que também está nessa mesma situação, as coisas estão constantemente em reformas e não se conclui o processo, isso significa dizer que a gente está impedindo a população idosa de sair de casa, porque o risco é muito grande para um idoso circular no centro de Porto Alegre. Nós tivemos um caso de uma irmã de uma conselheira Comui que tropeçou na calçada, caiu com

o rosto no chão, quebrou toda a face, passou muito tempo no hospital e foi a óbito. Então, esse é um problema que a gente precisa falar sobre; vamos falar também, acho que é importante frisar, com relação à acessibilidade do transporte público. O idoso usa muito o sistema de transporte público; antigamente tínhamos os ônibus com plataformas, com escadas que elevavam; hoje, a gente tem visto pouquíssimos destes ônibus adaptados circulando; então, isso também é uma coisa que impacta na mobilidade da população acima de 60 anos, sem contar que a poluição, o número de calça, de entulhos, esses papa-entulhos, que ficam nas calçadas, isso também é difícil. Ontem à noite eu estava caminhando na Av. Alberto Bins, vinha caminhando pela calçada, e para que eu pudesse continuar pela calçada, tive que atravessar no meio da rua, por quê? Porque tinha três papa-entulhos em cima da calçada, que não permitia que a população transitasse por ali. Então, isso também é um risco, não só para o idoso, mas para as outras pessoas que circulam pelas ruas de Porto Alegre. Acho importante também que a gente venha a pautar a questão das rampas de acesso às calçadas. Hoje temos muitas pessoas se utilizando de equipamentos de mobilidade, que usam bengala, que usam cadeira de rodas, que usam andadores, e nós não temos rampas de acesso da rua para a calçada. Como é que um cadeirante consegue acessar uma calçada, se a gente não tem uma rampa para que ele suba nela? Ele vai sempre ficar dependendo de que um terceiro tenha que o auxiliar subir na calçada? Isso não é direito de ir e vir, garantido na Constituição! Então, a gente precisa pensar também nestas rampas, pensar também num esforço conjunto, entre a PTC e a empresa que faz essas rampas. Onde eu caminho à noite, porque é o horário em que eu consigo caminhar, foi feito uma rampa, com uma grade em cima da rampa.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Na Av. Assis Brasil existe isso.

SRA. NELI MIOTTO: Não, na Av. Cristóvão Colombo, em frente da igreja São Pedro, que é um local que os idosos frequentam muito. O bairro Floresta é um bairro que tem muitos idosos. E isso dos dois lados da rua, onde desce para a Rua Conde de Porto Alegre – chega a ser gritante ali a falta de consideração

para com a população: priorizou-se o transporte de veículos, os carros, esqueceu-se da população. Então, a gente tem árvore, tem uma rampa, tem na frente da rampa uma grade de proteção. Ora, ali não passa ninguém; então, assim, estou trazendo um relato de uma situação que me preocupa muito e que eu imagino que não seja a única, mas é o local que eu frequento, então, eu imagino que tenhamos muitas pelas cidades, nessa mesma situação. Então, só para deixar isso em pauta. Obrigada.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado. Tivemos então a palavra da Neli Miotto, que é a presidente do Conselho Municipal do Idoso. Eu pergunto à Lorecinda se a gente pode ouvir mais algumas pessoas para você depois falar sobre fiscalização. Quem sabe a gente começa com a vice-presidente da associação do Centro Histórico e prefeita da Praça Brigadeiro Sampaio, até porque tenho um vizinho que é cego e me ligou ontem, não pôde vir hoje aqui. A gente tem que ter essa visão também sobre a questão das pessoas com deficiência visual e os cegos em especial.

SRA. MARIVANE ANHANHA ROGERIO: Bom dia a todos. Sou a vice-presidente da Associação Comunitária do Centro Histórico e fiquei muito feliz com o convite para que a gente pudesse estar aqui. Como tu falaste, nós temos muitos problemas realmente com as calçadas no Centro Histórico. As calçadas e o acesso de cadeirantes e deficientes físicos são problemas constantes por ali; e, na Rua dos Andradas, é o quarteirão que, segundo informações antigas, era onde tinha mais idosos em Porto Alegre; era ali e no IAPI. A gente tem uma dificuldade enorme ali na Rua dos Andradas; outras ruas também, como a Riachuelo, têm vários problemas; mas, na Andradas, algumas obras até foram feitas e agora eu vou citar a da Praça Brigadeiro Sampaio. Nós temos aqui a Mara Gazola, que é nossa vizinha e que também convive por ali, que não vai me deixar mentir. Não é, Mara? Colocaram uma parada de ônibus nova. Já tivemos um problemão para a nossa calçada da Praça Brigadeiro Sampaio ser executada. Quando ela foi executada, resolveram colocar canteiros, e nós

impedimos. De um lado foi tirado o canteiro; do outro, permaneceu. Agora, colocaram uma parada nova, bem no meio. Onde tinha o piso tátil dos deficientes físicos, eles fizeram uma volta por trás e ficou um piso totalmente diferente do que ali estava; e mal feito também. A calçada ainda está cheia de buracos, mas esse é apenas um dos casos que eu quero citar. Na frente do Zaffari Rua da Praia, onde é o acesso aos veículos, tem uma rampa pequenininha do outro lado; o lado de cá fica totalmente ocupado pelos veículos. As pessoas não têm como ter acesso para descer e poder passar do outro lado. E assim nós vamos em vários casos por aqui, não só na Rua dos Andradas; na Rua Duque de Caxias, que tu conheces bem, nós temos muitos problemas também, mas eu acho que é bom a gente pautar bastante sobre o deficiente visual e sobre o cadeirante, porque eles estão sofrendo muito. Agora, a Prefeitura resolveu nivelar o piso e o deficiente visual seguia exatamente pelo piso, então eles estão tendo mais dificuldades. Eles gostariam de estar aqui hoje, mas não puderam vir, para falar melhor sobre isso.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Independentemente das presenças das pessoas, elas podem se dirigir à CUTHAB, que é a comissão presidida pela Karen e pela vice Fernanda, por escrito ou mandar também o que é importante que a gente vá acompanhando sobre essa questão. Eu pediria, nós vimos agora o Centro Histórico, vamos pegar o bairro Mário Quintana, que o Palmor pudesse falar um pouquinho da situação da periferia, já que representa a associação Nacipaz aqui.

SR. PALMOR VASCONCELOS CARDOSO: A questão é a seguinte: com certeza, deve ter alguma situação que vocês estão colocando aí com relação à mobilidade lá na região. Eu acho que eu vou colocar isso na pauta, nós temos lá as práticas de meditação lá, que tem um público de pessoas idosas, que é a maioria, para trazer mais informações. Eu vejo o que realmente está ocorrendo também lá com relação a essa questão. No momento, agora, aqui, eu não teria nenhum dado; mas, com certeza, deve ter alguns problemas envolvendo isso aí.

Seria isso, lá no bairro Mário Quintana, nas proximidades do Parque Chico Mendes – a associação fica no Parque Chico Mendes. É isso aí.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito. Estamos abertos aqui a receber essas demandas. Eu queria rapidamente ouvir o Sr. Mário Motta, que é aposentado da Carris, que tem essa experiência. A presidente do conselho levantou a questão do piso rebaixado. O senhor, que viveu muito no ônibus, tem alguns comentários sobre a entrada e a descida dos idosos?

SR. MÁRIO BARBOSA MOTTA: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... eu conheço bem o que é o transporte coletivo urbano. Tudo o que perguntar de ônibus, eu sei, como é funcionava, como é que calculavam as tarifas, de repente; primeiro, era consenso, aquilo era uma roubalheira que só eu sei. Mas, a respeito da pavimentação, está horrível. Eu moro na Santa Maria, ali os caras estacionam atravessado, e a EPTC não é capaz de passar lá. Ali tenho colegas que dizem que as crianças passam por dentro da rua, porque os carros ficam estacionados de bico ali, e ninguém faz nada. Até lá no meu prédio o síndico é enérgico e não deixa. Mas então tem vários murinhos ali; uma vez eu até chamei a Prefeitura porque estavam fazendo muro, o cara botou uma rampa ali, e ninguém faz nada. Aqui, mais embaixo, uma quadra antes da Bento, agora marcaram as faixas para pedestre. Ali é um perigo, seguido dá acidente, porque não tem visão quem desce. Podem ver o que dá de acidente ali. Agora, botaram ali. Tinha que botar uma sinaleira, alguma coisa ali, quebra-molas atrapalha mais do que ajuda. Então é uma loucura. Agora mesmo, falaram em um senhor que estava vindo de ônibus, T1, aqui na Getúlio com a Ipiranga, coitado, picou não sei no que, na rua, saiu engatinhando, e a senhora tentando pegar ele para ele não cair, ele caiu, se limpou, saiu caminhando e se rengueando. É, a cidade tem vários buracos; tem a chuva também, a água desmancha tudo. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Esses casos de idosos estão complicados, a gente vê, não precisa nem andar, mas eu conheço, ali é o estacionamento de carro, e as ruas com degraus. O senhor pode ver, quantos degraus tem ali? Tem

que desviar. Se uma pessoa vai descer com carrinho, com alguma coisa, tem que ir para a rua para depois voltar. Eu não sei como é que ninguém vê isso aí, não podem fazer isso aí. E isso não é de hoje.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Sr. Mário. Se não houver objeção, vou passar para a Sra. Neusa Pivatto, que tem experiência na área da legislação federal, inclusive na internacional. Daí, eu vou passar para a Sra. Lorecinda falar e, depois, nós vereadores vamos falar e vou abrir para a população que está hoje aqui.

SRA. NEUSA PIVATTO: Bom dia a todos e a todas. Saúdo a Mesa e, especialmente, o nosso querido vereador, que conheço desde a pré-história. Nós somos os dinossauros de vários espaços...

(Manifestações fora do microfone.)

SRA. NEUSA PIVATTO: Eu vou me ater a duas questões por causa de tempo: a questão dos patinetes elétricos em Porto Alegre e a questão de uma legislação internacional que está posta, elaborada e assinada pelo Brasil, a Convenção Interamericana sobre os Direitos da Pessoa Idosa, que está no Congresso e que existe uma barra frente a ela que é a questão de não acordo para que ela seja ratificada no Congresso. Então, a questão da população idosa, de fato, segue não sendo prioridade.

Mas eu quero me ater à questão dos patinetes, porque diferentemente do que nós conseguimos fazer no Rio de Janeiro... Estive no Rio de Janeiro por cinco anos e nós conseguimos proibir que quem usa patinete pudesse circular pelas calçadas. Então, o Rio de Janeiro produziu uma legislação proibindo as pessoas de circularem com patinetes elétricos nas calçadas. É um problema muito sério, provocou muitos acidentes não só com pessoas idosas, mas com crianças no Rio de Janeiro. Inclusive, já encaminhei para o Ver. Adeli que se faça um movimento no sentido de impedir que isso venha a ocorrer, porque a Prefeitura

autorizou, a legislação de Porto Alegre autorizou patinetes elétricos em calçadas. Isso é um risco; é um equipamento motorizado, então é preciso que se tenha uma atenção muito particular com essa questão, porque nós vamos ter problemas sérios.

Quando se fala em legislação internacional, nós temos questões muito similares na América Latina. Então, a convenção interamericana legisla sobre isso e é preciso que o País se conscientize da importância de nós conseguirmos ratificar no Congresso para fazer valer a Constituição brasileira, porque nós estamos com outro problema em curso que é o não reconhecimento, apesar de estar em lei, da população de 60 a 65 anos. Então, as análises brasileiras estão sendo feitas a partir de 65 anos, mesmo tendo análise a partir de 60 anos sobre a população idosa, o que vem a público é o dado a partir de 65 anos. E o que se faz com isso? Aos poucos, se pressiona ou se dá a entender à sociedade que, sim, nós estamos envelhecendo, então nós vamos elevar a idade para acesso a direitos da população idosa para 65 anos. Passa a se viver com normalidade a questão, ou seja, é uma visão elitista de que tem acesso, muitos acessos de quem tem recursos, quando se sabe que a população com poucos recursos morre cedo; a população negra morre cedo, porque não tem acesso à educação, porque não tem acesso. Nós temos um processo de envelhecimento muito desigual. Nós temos muitas velhices: nós temos a velhice de quem tem recursos que chega a 100 anos, que chega a 90 anos; mas nós temos as velhices de quem carrega saco de cimento, de quem não teve acesso à saúde, não teve acesso a um médico, não consegue se mover quando se habita um espaço onde não tem acesso, onde a pessoa não pode sair de casa; você tem uma outra velhice. Essa pessoa não pode sequer ir ao médico, não pode sequer ser carregada para o médico, quando ela mora num morro. E nós temos 70% da população brasileira que ganha até dois salários mínimos e meio! Vejam bem, nós estamos falando da população brasileira como um todo, que tem baixa renda. E nós temos uma legislação que é aplicada prioritariamente para quem tem recurso. Então nós precisamos repensar o envelhecer no Brasil, nós precisamos repensar a mobilidade brasileira, nós precisamos repensar para termos, no mínimo, direitos

para todos; um formato de ir e vir diferente, um formato que seja para todos e para todas.

Então nesse sentido que a gente precisa repensar no nosso dia a dia, como nós nos movemos, como nós olhamos para o outro, porque muitas vezes nós estamos vendo recentemente as pessoas esbarrando em pessoa idosa, derrubando pessoa idosa na rua e sequer prestando socorro. O maior índice de morte é por queda, isso é do Ministério da Saúde, são dados do SUS. São quedas em casa, são quedas na rua. Então nós precisamos repensar a nossa relação enquanto indivíduo com o envelhecer. Nós não estamos só falando de ir e vir, é o direito de se alimentar. Na pandemia, para quem não tem os dados, dos 700 mil mortos na pandemia, 497 mil eram pessoas com 60 anos ou mais. Um flagelo para além dessa questão, nós temos 80 mil crianças e adolescentes que ficaram sem, pelo menos, a mãe, e 35 mil órfãos, e desses órfãos a grande parte está com os avós, e não há recursos para eles, que já recebem uma aposentadoria mínima, de sobrevivência. Eu quis trazer esse dado da covid, porque quase não se fala mais. As famílias foram dizimadas nesse País. Nós não podemos esquecer 700 mil mortos. Então eu queria trazer essas questões, minimamente, porque são tantas questões que envolvem a questão do envelhecimento. Mas antes de mais nada, nós precisamos reconhecer que nós somos uma parte significativa que construiu esse País, que lutou a vida inteira e que têm direitos, seja qual for a idade, só que a idade, a partir de 60, 70, 80 anos, a idade é um impeditivo de acesso a direitos de reconhecimento. E nós precisamos ter isso presente fortemente, que é um pouco mais de civilidade, porque eu acho que aos poucos, não só em relação ao envelhecimento, nós estamos perdendo a civilidade.

PRESIDENTE ADELI SELLL (PT): Perfeito, obrigado. A Sra. Lorecinda Ferreira Abrão está com a palavra.

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: Eu queria agradecer o convite. Bom dia a todos e todas, saudar a Mesa; eu sou a Lorecinda Abrão, sou servidora do

Município há 21 anos e agora estou de diretora-geral de fiscalização. Quando a gente fala nessa diretoria-geral de fiscalização é importante até colocar para todos que a fiscalização em Porto Alegre está dividida – ainda está dividida – em oito órgãos, e essa proposta de fazer primeiro uma integração de todas essas fiscalizações para depois unificar, é justamente para poder prestar um melhor serviço à população. Vocês imaginam que para chegar num estabelecimento onde tinha um problema na calçada, um problema na marquise, um problema com um produto dentro do estabelecimento vencido e mais uma questão de alvará tinha que ir com quatro fiscais, porque cada um é de um órgão, cuidando de cada tema. Então veio, primeiro, com uma ideia de escritório geral de fiscalização, depois se transformou numa diretoria em 2020 e 2021 e o que a gente está fazendo agora é sempre dar um passo adiante nesse processo. Já avançamos bastante, mas eu acho que é importante que vocês saibam como funciona essa fiscalização e quais as legislações que permeiam também. Eu sempre digo que – eu sou socióloga, eu sempre me envolvo muito com os temas sociais, além da formação em direito –, quanto mais legislação a gente tem para proteger criança, para proteger idoso, para proteger mulher, é porque está se perdendo civilidade ao natural. A gente fala das sociedades primitivas onde os idosos eram sempre muito bem cuidados, os xamãs, as crianças eram cuidadas por toda comunidade e não precisava de legislação para isso. Eu tenho maior orgulho de dizer que o último plano municipal do idoso eu coordenei, foi aquele plano que vocês devem lembrar com aquela capa meio amarronzada e que tinha as metas a serem cumpridas a cada ano. Eu aprendi muito e tive muito orgulho de coordenar aquele plano municipal do idoso. Então eu sei bem dessas mazelas, desses dados de, por exemplo, queda, morte em relação à população idosa e toda essa dificuldade. Em específico falando sobre as calçadas em Porto Alegre, a legislação diz que – e aí eu gostaria que cada um aqui pensasse como é que está a calçada na frente da sua casa, na frente do seu estabelecimento – a calçada é de responsabilidade do proprietário. Então, hoje a Prefeitura fiscaliza todos os problemas que nós temos nessas calçadas e nós notificamos e nós atuamos e o proprietário daquele terreno, daquele comércio, enfim, tem que dar

conta de arrumar aquela calçada, nos termos que a legislação prevê. Em especial em relação ao Centro, justamente por essa preocupação, no início desse ano nós fizemos um trabalho em conjunto com a EPTC, porque quem fiscaliza realmente é só agente de fiscalização, a EPTC não entra dentro dessa diretoria-geral que eu estou comentando, ela ainda é à parte porque é uma empresa pública. Só no Centro foram fiscalizadas 2.397 calçadas, do final do ano passado início deste ano, dessas, 148 foram cadastradas, fotografadas porque estavam com problema e conseguimos entregar, dessas 148, presencialmente 163 prontuários de entrega, as outras foram entregues por RH e tudo mais. Então dá para ver o problema sério que nós temos nas calçadas do Centro, que os proprietários têm que arrumar as calçadas. Quais os principais problemas, dos recordes que aqui apresentamos, que nós tivemos? Revestimento solto, nivelamento, revestimento danificado e tudo isso é colocado nesta notificação. Após 30 dias, ou o proprietário daquela calçada tem que se defender ou pedir mais prazo para poder fazer a execução da obra, ou ele recebe uma autuação. A Prefeitura até poderia fazer, mas, agora, vocês imaginam a Prefeitura fazendo todas essas calçadas e depois cobrando dessas pessoas que são proprietárias. Então o que a gente sempre tenta fazer é negociar, dar mais prazo, ver o que a pessoa precisa, se precisa de informação, se é uma calçada do zero, entenda-se calçada que é tudo que tem meio-fio e talvez recuo de jardim. Um exemplo que eu conheço bem, a Serraria, quem conhece, a Serraria não tem meio-fio, então eu não considero aquilo que está para dentro como calçada, por mais que esteja ruim ali eu não posso autuar o proprietário daquelas casas. Então o que tem meio-fio para dentro é considerado calçada pela legislação e, a partir daí, notificando e aí eu tenho esses prazos todos. Nós temos, inclusive, uma câmara na Prefeitura que se chama Câmara de Mediação, vocês não têm ideia do que aparece de mediação sobre calçadas, e as pessoas pedem mais prazo. Depois, quando chega em cima, aquelas pessoas mais comprometidas até ligam: “Ah, quero saber como é que eu faço minha calçada. Quero fazer minha calçada do zero.” Aí, sim, a legislação diz que, se tu vais fazer a calçada do zero, precisa ter acessibilidade. Então, aquela calçada que, por

exemplo, tem só uma pedra solta, eu vou lá e conserto só a pedra, mas, se eu quero fazê-la de uma forma integral, a lei diz que eu tenho que colocar acessibilidade naquela calçada, nem que seja o piso podotátil, os recuos necessários e tudo mais. Também tem uma outra questão na legislação que, só aqui em Porto Alegre, se eu não me engano, tem que ser uma pedra de um tamanho diferente para o piso podotátil. Ela tem que vir de outro lugar, e é uma situação... Enfim, quem quiser fazer, a gente dá todos os caminhos para isso. A gente precisa, em relação à acessibilidade de uma forma geral, já que estamos falando também no direito da população idosa, tem a NBR 9050 que fala de todos, inclusive, dentro dos prédios, o que a gente precisa de acessibilidade. Também temos lei federal em relação a isso. E sobre a EPTC, além dessa parceria que eu comentei e já vou concluindo aqui, até para ouvir e talvez tirar mais alguma dúvida necessária, quando se trata de circulação de uma forma geral, sim, eu acho que é importante fazer essa articulação no sentido de dizer que aqui, por exemplo, deveria ter uma placa de “não estacione”, porque está impedindo a questão de uma rampa. A rampa em si, o acesso também é de responsabilidade do proprietário do imóvel. Então, como a legislação tem isso, eu reforço que a gente precisa é: bom, a fiscalização vai lá... E olha só quantas notificações nós demos, mais de 600 notificações. Agora, a pergunta é: o meu vizinho, eu, quem está sendo responsável pela sua própria calçada em Porto Alegre? E esse é o grande problema que nós viemos enfrentando. Eu creio, particularmente, que só autuar não é a intenção da Prefeitura, emitir autos, multar. A intenção da Prefeitura sempre é que as pessoas assumam a sua cidadania, realmente, executem. E, se tiverem alguma dificuldade, até a Prefeitura poderá executar, mas ela vai ter que ser cobrada depois, porque a gente vive numa sociedade que a gente compartilha essa experiência de viver em cidade. Inicialmente era isso, claro, estou aqui à disposição para quaisquer outras dúvidas.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Nós que agradecemos. Vou passar agora para os colegas vereadores. O Ver. Jessé Sangalli teve que sair para uma atividade

na Secretaria Municipal da Cultura, pede desculpas, a gente sabe das agendas que todo mundo tem. Vou passar para o Moisés agora, apareceu no plenário uma discussão, inclusive levantada por mim e outros que aqui tinha um vereador já falecido, o Bernardino Vendruscolo, que chegou a propor que as calçadas fossem assumidas pela municipalidade e que a gente cobrasse aquela taxa de melhoramentos junto com o IPTU. Esse é um debate que também, mais dias ou menos dias, ainda mais depois da fala da Lorecinda, eu colocaria para os vereadores se têm alguma opinião sobre essa questão. Sobre as patinetes, nós estamos elaborando um projeto, eu falei isso no plenário ontem, a Sâmila que está aqui, inclusive, falou comigo ontem para dar uma olhada, ela é da bancada do NOVO. Nós queremos fazer o rascunho e mostrar para outros colegas, porque eu sei que eu não sou o único que trata dessa questão. Nós queremos fazer, se possível, um projeto a várias mãos e submeter à discussão das comissões e plenário. Inclusive, a Neusa me passou um conjunto de documentos, e acho que a legislação do Rio de Janeiro é melhor que algumas europeias que eu vi. Passo a palavra ao Ver. Moisés.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Rapidamente, eu queria só tirar algumas dúvidas. Muito importante essa observação sobre o Bernardino, porque quem tem condições de estudar, de viajar, vê algumas cidades com uma padronização de calçadas que seria uma qualidade de vida aqui na nossa cidade. Claro que isso também envolveria a discussão dessa padronização de calçadas, agora na discussão do Plano Diretor, enfim, uma discussão maior do ponto de vista de planejamento de cidade. Mas a minha pergunta, porque me incomodam algumas coisas, nós somos legisladores, as pessoas precisam entender que os vereadores não têm o poder de executar ou mandar executar. Muitos vereadores, no passado, vamos falar dessa forma, mentiam por aí para ganhar adesão: “Ah, vota em mim porque eu vou mandar fazer isso aí, eu vou mandar construir um posto de saúde, eu vou mandar botar uma calçada bonita.” Isso é uma mentira deslavada, um terror. A gente legisla, fiscaliza, intermedia as demandas das comunidades aos órgãos públicos. A senhora falou que aqui, só

aqui tem uma característica para o piso da calçada que só aqui que tem. Eu queria saber, em primeiro lugar, que característica é essa, porque me interessaria muito que essa casa desburocratizasse isso, para que a gente tivesse... Vamos dizer assim, pelo que eu entendi é o piso para o pessoal... Isso. Então essa é uma pergunta. E a segunda pergunta justamente vai ao encontro do que o Ver. Adeli disse de padronização de calçada. Fora essa proposta de municipalização, existe algum projeto na Prefeitura de poder discutir uma padronização? Porque eu vejo assim, senhora disse que se eu quiser construir a minha calçada, na testada do meu imóvel, do zero, aí eu vou programar para que ela tenha a questão dos deficientes, a questão das rampas. Porém, não adiantaria eu fazer isso só no meu trecho de calçada, todos os meus vizinhos teriam que fazer para ter a conexão. Por isso a pergunta: fora a alternativa levantada pelo Ver. Adeli que seria a municipalização, há um programa ou um projeto público na Prefeitura, talvez agora no Plano Diretor, de padronizar as calçadas, seja por bairros, seja até... Eu vi na última viagem, uma cidade, foi muito interessante, cada bairro tinha um tipo de calçada, e o bairro central, por exemplo, era concreto áspero. Em compensação, eu fiquei pensando, mas todas são de concreto? Daí o urbanista que me convidou, disse: "Não, vou te levar num outro bairro." Era um bairro residencial, era a nossa lajota portuguesa. Essas seriam as minhas duas perguntas para depois a senhora responder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Em primeiro lugar, bom dia a todos, todas presentes, Ver. Adeli, parabéns por propor uma pauta tão importante da nossa cidade, sempre traz contribuições não só para a discussão, mas ações efetivas para a construção de uma vida melhor na cidade, então quero parabeniza-lo pela sua atuação. Em segundo lugar, esse problema de acessibilidade é um problema histórico da nossa cidade, eu vejo muitas reclamações não de agora, mas de muitos e muitos anos, Ver. Moisés, e, de fato, a Prefeitura de Porto Alegre, seja o governo que for, tem que investir exatamente nisso. Inclusive o prefeito Fortunati, há de se dizer, fez uma secretaria específica, quando se elegeu em 2012, assumiu em 2013, era a Secretaria de Acessibilidade, que o Raul Cohen

era o secretário. Então, não sei se a questão é ter uma secretaria ou não, mas ter uma política pública de investimento em acessibilidade.

Em segundo lugar, quanto à questão da padronização, eu quero tirar uma dúvida aqui contigo, Lorecinda, pois eu acho que essa questão da padronização é uma discussão que a gente pode enfrentar, Ver. Adeli, aqui, na Câmara. Eu conversei com secretário de Planejamento. secretário Schirmer, que, na sua ideia, essa revitalização do quadrilátero central, nessa revitalização, ele defende que haja um investimento da municipalidade para a padronização no Centro Histórico. Então, eu queria saber em que pé está isso, Lorecinda, se isso efetivamente será feito, até para a gente levantar, Ver. Adeli, junto ao secretário de Planejamento, esse investimento que será de uma monta de R\$ 1 bilhão para todo o Centro, e que esteja inserida essa padronização do calçamento no nosso Centro Histórico. Eu acho que, a partir daí, Ver. Adeli, a gente pode exatamente ver um resultado efetivo, se isso na prática acontecer, é das melhorias e do ganho que a população de Porto Alegre vai ter, exatamente o investimento em padronização. Então, da minha parte, neste momento, era isso.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Antes de passar a palavra para a Lorecinda, eu só queria insistir nas temáticas, a gente repensar o projeto do saudoso Ver. Vendruscolo, retomar, verificar essa questão. Vou pedir ao Francisco que está aqui, que é o nosso assessor, para a gente verificar esse projeto, e eu compartilho, depois, com a comissão. Essa questão das patinetes, nós estamos elaborando um projeto elementar, queremos discutir com outros vereadores, talvez, até a comissão inteira que assina, outros vereadores. E propor, meu amigo Pablo aqui, falar com o Melo, que ele vai para Cartagena das Índias esta semana, que é um lugar magnífico, que eu acho que a gente podia ter como um pressuposto, porque é uma cidade histórica, ver como é que está... Na vez em que eu fui, as calçadas eram primorosíssimas, meio-fio, cidade que tinha venda de frutas na rua e não tinha uma casca, não tinha uma folha. A Cartagena das Índias é um bom exemplo. Eu acho que a gente podia dar uma estudada, pesquisar no Google aí a cidade de Lima, que tem diferenciações por bairros, se

estou bem lembrado, é uma boa pesquisa. Eu vi algumas cidades por aí, nem sempre a gente precisa viajar, mas, muitas vezes, se pesquisa pela internet. Mas eu acho que essa questão das calçadas é fundamental, e foi colocado por todo mundo aqui. O problema é gravíssimo. Isto que a Neli colocou: na Andrade Neves é uma tragédia, todos foram notificados, algumas edificações fizeram o piso adequadamente, mas o nosso prédio que é do governo do Estado, que fica na esquina da Ladeira, não dá para passar, eu já vi pessoas caindo, aquele que era do Ministério Público, ali da esquina da Ladeira.

E tem mais: nós temos alguns problemas causados, que eu gostaria que a gente retomasse, que é a questão dos carros-fortes. Ali no Centro Histórico, eles param ali na esquina com a chamada Rua 24 Horas, eles que detonam tudo, eu já filmei e passei para EPTC. Então, eu acho que nós temos alguns temas, talvez, na continuidade aqui, a gente pudesse pegar um pouco a experiência. Nós tivemos, de fato, essa Secretaria da Acessibilidade. Queria convidar o Raul Cohen, que é um sujeito sensato, conhece bem a cidade, e mais algumas pessoas para discutir uma continuidade. Num determinado momento, vamos dar um prazo, mas ainda antes do final do ano, esta comissão se debruçar de novo, pegar a questão da legislação de patinetes, a legislação de calçadas, a questão da acessibilidade, da experiência dessa Secretaria. Várias pessoas aqui podem aportar elementos para nós no próximo período. Então, eu queria te ouvir mais uma vez, Lorecinda, e vou abrir depois para as pessoas, porque nós temos tempo ainda.

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: Então, sobre a questão desse tamanho, aquele piso que vai normalmente no centro da calçada, aqui, se eu não me engano, são 50cm o tamanho que a legislação exige; em outros lugares do País é outro tamanho. Então a gente tem dificuldade, tem que quase mandar produzir, porque não é alguma coisa que tu compres com facilidade aquele tamanho do piso que vai ali. Essa é uma grande dificuldade. Por que é que a legislação foi feita assim? No momento, não sei, acho que a legislação foi feita em 2019, 2020, não é tão antiga.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Porque ali nas obras – só me permite fazer um aparte –, naquelas obras novas do Centro, nós estamos vendo os vãos que estão ficando exatamente por essa dita padronização. Está ficando horrível, tanto na Rua Dr. Flores quanto na Rua General Vitorino. A Vitorino ficou bonita ali, mas daí tu vais olhar: “Pô, mas e esse buraco aqui?”

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: E daí, em relação às obras do quadrilátero, claro que toda a execução do quadrilátero está sendo feita pela Prefeitura, tentando, também com essa programação que foi feita de notificações, deixar o Centro Histórico mais transitável; a gente teve algum êxito ali na Rua dos Andradas, mais para o final, até perto da praça, alguns comerciantes fizeram as suas calçadas, outros não, e a gente vai emitir a autuação depois do julgamento de uma comissão julgante. Mas, assim, não há padronização. A legislação – inclusive é uma crítica que a gente tem, e daí com a ajuda dos senhores eu acho que a gente pode melhorar bastante isso – tem uma infinidade, tem basalto, tem pedra não sei o que, mas pode ser também um tipo de brita mais fininha. Enfim, a gente teve na câmara de conciliação, agora, que era uma empresa grande e era uma calçada de grande extensão, e eles pediram bastante prazo, pediram seis meses para executar aquela calçada, e aí foi uma negociação do tipo... Porque como a legislação tinha várias possibilidades do que eles iriam executar, obviamente que a pessoa, numa calçada muito grande, vai querer o mais barato, e daí então, ah, se vai ser o tipo de brita “x” ou “y”, tudo isso a legislação podia dar. Então, realmente, a legislação tem um rol muito amplo de possibilidades de fazer a calçada, contanto que ela tenha um tipo de nivelamento, ela tem que ter a rampa. E daí, assim, a Lei de Acessibilidade também diz que todas têm que estar adequadas com a acessibilidade. Mas o que a gente vê? Se a condição geral da calçada está acessível, ele não vai desmanchar toda calçada para colocar o piso tátil, é mais nesse sentido. Mas ela tem que ter a rampa, ela tem que ter condições, ela tem que ter nivelamento e tudo mais; mas não tem padronização, não, na legislação. É bem ampla.

SRA. NELI MIOTTO: É só uma questão: quem é responsável pela indicação das rampas nas esquinas que dão acesso à rua?

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: A legislação que prevê o distanciamento daquela rampa inclusive da esquina. Há várias legislações que falam do que é que pode: fradinho, rampa... Aí teria que ver o caso *in loco* para ver o que é que está irregular, e, se estiver irregular, tem que ser desmanchado.

SRA. NELI MIOTTO: Porque a maioria das esquinas não têm rampa, e aí o proprietário diz que não foi acionado ou que desconhece a legislação. Então, talvez a gente tenha que ter alguma campanha de orientação para os proprietários dos estabelecimentos.

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: Quando eles recebem a notificação, eles recebem toda a orientação, a gente deixa inclusive o contato; pois temos pessoas capacitadas, tem uma engenheira especialista já para dar essas orientações, mas é claro que a gente precise talvez de uma campanha de divulgação com a legislação, porque é de responsabilidade do proprietário inclusive contratar um arquiteto que deverá saber. O proprietário, muitas vezes, não é obrigado a saber a legislação, mas, se ele contrata um profissional, o profissional tem que saber qual o distanciamento da rampa enfim.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado.

SRA. NELI MIOTTO: Eu acho que daí a gente incorre num problema maior ainda, vou me considerar proprietária de um imóvel: além de ter o custo de fazer a calçada eu ainda preciso contratar um profissional, um arquiteto que vai nos dar a diretriz disso. Eu não sei, eu acho que teremos um outro problema...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Bem, nós vamos...

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: Hoje a legislação está assim, por isso que a proposta é talvez...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu acho que a gente tem que trabalhar, talvez criar um grupo de trabalho, Legislativo e Executivo, já vou dar essa tarefa para a Lorecinda falar com os secretários, porque tem o secretário municipal, agora chama-se obras de viação, o Francisco foi o secretário municipal de obras de viação. Então, nós temos um *expert* aqui na SMOV...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Agora é SMMU. Então, eu acho que nós temos que talvez trabalhar numa segunda sessão aqui e talvez em um comparecimento da Prefeitura – quando falo da Prefeitura, são os órgãos competentes – para falar para os 36 vereadores, porque aqui é uma comissão. Nós vamos tentar, a assessoria aqui é muito atenta, dar a maior publicidade possível dessa efeméride de hoje para todos os vereadores. Tem vários assessores de gabinetes aqui, tem outros cidadãos, quem quiser falar a palavra está disponibilizada.

A Sra. Mara Gazola, arquiteta, está com a palavra.

SRA. MARA GIRON GAZOLA: Tem cartilhas sobre as calçadas, diversas cartilhas; muitas prefeituras, o CREA, o IAB, eu acho que todas as entidades de classe vinculadas à mobilidade urbana que trabalham nisso tem cartilha. Então, talvez fosse o caso de a Câmara incentivar que a Prefeitura disponibilize essas cartilhas, levando em consideração realmente a necessidade de fazer a coisa do jeito certo. Era isso, fora muitas outras coisas, mas eu vou deixar para depois.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Você lembra bem que, num próximo evento, a gente vai convidar, indiscutivelmente, CREA, CAU e outros órgãos para que a

gente possa dialogar mais e melhor. Mas eu acho que a gente tem um dever de casa que a gente vai fazer bem.

Quem mais quer falar? Luis Carlos, depois a Sâmila e o Motta também.

O Sr. Luis Carlos, assessor do Ver. Jonas Reis, está com a palavra.

SR. LUIS CARLOS DE ALMEIDA: Eu gostaria de colocar duas questões que são recorrentes que chegam para o mandato, uma são reclamações em relação a essas novas paradas de ônibus, que são paradas muito grandes e não são adequadas a cada tipo de calçada, é o mesmo tipo de parada em qualquer calçada. Uma parada grande com esse perfil colocado numa calçada larga permite a circulação, por exemplo, de cadeirantes pela parte de trás da parada. É o caso, por exemplo, da parada que tem aqui na frente da Receita Federal, é uma calçada larga. Agora, essa mesma parada, quando colocada em uma calçada estreita...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Na Borges.

SR. LUIS CARLOS DE ALMEIDA: Na Borges, eu ia citar, ela inviabiliza, porque pela frente não tem como passar, é um trecho estreito, e ainda tem uma lixeira ao lado da parada. Atrás, não tem como passar com uma cadeira de rodas. Então, esse é um problema sério que afeta a acessibilidade, principalmente de cadeirantes. Também tem a questão do piso podotátil em volta das paradas, que às vezes cria uma situação bem confusa para quem é cego.

A outra questão, que é um tema em que o vereador tem trabalhado bastante, é o problema dos buracos. Muitos são do DMAE e outros não são; quer dizer, o DMAE não tem falta de recurso, é um problema da terceirização que houve nesse processo. Uma empresa vai lá, abre o buraco, que fica aberto até que outra empresa vá lá e tape o buraco. Isso gera problema de acessibilidade e risco de acidente. É um problema que não é do particular, é da Prefeitura, quer dizer, muitas vezes vai lá, há uma reclamação, a empresa vai e coloca um cavalete do DMAE, que fica um mês até que seja tapado o buraco. Isso

aconteceu na esquina da minha casa, na Vila Nova. Encaminhei um pedido de providências para o Ver. Jonas; a empresa terceirizada colocou um cavalete do DMAE em cima do buraco. Levou um mês para tapar o buraco.

Então, são situações que envolvem o próprio poder público, tanto a questão das paradas quanto a dos buracos, e que não são só do DMAE, diga-se de passagem, têm outras secretarias responsáveis por isso. Acho que é necessário ter um olhar do poder público para essas obras e serviços públicos que também geram problemas de acessibilidade.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito, Sâmila.

SRA. SÂMILA MONTEIRO: Bom dia, sou Sâmila, assessora do Ver. Tiago Albrecht, peço perdão pela minha voz. Parabéns a iniciativa e cumprimento os presentes. Tentando sintetizar os pontos que nós trouxemos, corrija-me se eu estiver errada, mas nós falamos aqui sobre um eixo de padronização das calçadas. Então, o grupo de trabalho levaria, vereador, não sei se ao encontro também da padronização, um eixo necessário de desburocratizar a legislação referente às calçadas, e o outro seria a questão dos patinetes.

Ao que me parece, e pensando aqui em alto com vocês, é que a questão dos patinetes, ao mesmo tempo que se quer trazer uma outra alternativa de mobilidade, ela precisa vir ao encontro com o eixo de desburocratização. Então, me parece que os patinetes são acessórios, e a desburocratização na legislação já seria competência dos vereadores da Casa.

Sugiro também, além desses três eixos, no próximo encontro, fazer o convite do Caos Planejado, que é uma organização de arquitetos em Porto Alegre que trata também sobre a mobilidade da cidade e que tem artigos inclusive sobre as calçadas. Eles trazem alguns modelos de cases no mundo e abrem para essa conversa de uma possível municipalização no Município de Porto Alegre. É isso, obrigada.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Sâmila. Júlio Garcia, por favor.

SR. JÚLIO CÉSAR SCHMITT GARCIA: Bom dia a todas, a todos, a todes e, em particular, ao meu amigo de longa data, desde o século passado, o companheiro Adeli Sell, e a todos que aqui estão presentes. Então, para ser bem sucinto, eu sou natural de Santiago, sou advogado, morei a metade da minha vida, praticamente, em Porto Alegre, em Canoas também, agora retornei há algum tempo para Santiago, mas estou lá e aqui, então, me considero também portoa-alegrense. Eu compactuo com as questões que praticamente todos aqui levantaram, em particular a companheira Neusa. Não vou ser repetitivo, acho fundamental essa discussão porque esses problemas obviamente não se reduzem a Porto Alegre, na cidade onde eu moro existem problemas similares. E como enfrentar isso? Através da modificação dessa legislação que responsabilize bem mais o poder executivo. Acredito que essa é uma das formas, além da campanha de conscientização, de educação.

A outra questão que eu levanto não é só em relação às calçadas, me preocupa também a questão das ruas, principalmente no meu município, onde o atual executivo acha que é moderno, que é bonito jogar asfalto em cima de paralelepípedo, quando nós temos paralelepípedos regulares na cidade e jogam asfalto a preço caríssimo e o que gera? Poluição, mais tarde buracos, e muitos acidentes. Aqui em Porto Alegre, eu vi que recentemente tivemos um problema no Centro Histórico. Então, essa é uma questão que tem que ser combatida com a urgência possível. As principais cidades europeias, que a gente sabe, preservam os paralelepípedos, não têm mais asfaltamentos gerais, inclusive o trânsito urbano é bastante restrito. É uma coisa para se pensar também, porque tudo isso dificulta, não só a vida do idoso, mas das crianças e de todo mundo, inclusive com os riscos decorrentes disso. Então, é uma contribuição, agradeço o convite, e estamos à disposição para o que puder ajudar.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): O Sr. Motta está com a palavra.

SR. MÁRIO BARBOSA MOTTA: Como eu citei a minha rua ali, que o cara estava fazendo uma rampa e eu falei, o cara ficou bravo só quentes mostrando

aquilo por causa da ação foi lá, mas já faz quase uns cinco anos. Só que, o que que ele fez? Ele pegou, colocou três postes de ferro na beira do terreno dele, na beira da calçada... (Ininteligível.) ...não foi lá... Várias pessoas, táxis e tudo param, abrem a porta... (Ininteligível...pronto, já brigam por um monte de coisas. Agora, os caras param na frente do prédio, eu moro ali, um prédio pequeno, tem 40 apartamentos só. Então, é uma dificuldade, aí o outro do lado ali, tem uma garagem, já faz tempo, na parte do terreno na frente da casa a gente não pode nem... Tem colégio, não pode nem chegar lá porque tem aquela garagem ali na frente, também é proibido. Mais embaixo, tem uma vila ali, eu moro na 1º de setembro, é a rua que tem o maior movimento no Morro da Cruz, é aquela ali, dia e noite. Eles fizeram um bar, agora o cara botou um armazém, uma churrascaria do outro lado. Um cara agora saiu, outro abriu o mesmo bar e reformou. Botou poste tudo na rua, cobertura tudo na rua, ninguém faz nada tudo. É só passar ali que a senhora vai ver, é só passar. Mais, mais para cá, um pouco – nunca vi uma rua com tantos problemas –, tem uma árvore que arrancou a raiz arrancou a caçada; para tu passares ali é um movimento, por que o Carrefour é bem pertinho. De vez em quando, um cai ali, não tenha dúvida. O cara tem que estar se cuidando; de noite, então, nem se ano se fala. Se tu voltares atrás e ver aquele colégio que tem ali – que eu me esqueci do nome dele, na frente. Eu moro no 503, em frente do colégio estadual. Tem um mato ali, cansei de reclamar, já falei com a diretora tudo para mandar limpar aquele mato ali. Na hora que estuprar uma menina, puxar para dentro do mato e estuprar, aí eles vão dizer: “É, nós estávamos acompanhando”. As coisas quando acontecem: “Ah, nós estávamos acompanhando”. Então é roçar aquele mato, é um baita de um mato que tinha ali um galpão do CTG antigamente. Tem um pé de laranja que dá laranja lá, e eu pedi para um PM que mora lá e ele disse que pode apanhar, nem deu para trepar, não deu nem para entrar no mato de tão sujo. É uma coisa que pode evitar, não é? É isso aí.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Essas questões, Mário, são importantes que depois a pessoa dê o nome da rua, o número e os problemas que tem, e a gente faz o encaminhamento.

Antes de você responder, pode deixar o vice-presidente da associação falar e você fala depois? E daí eu vou encaminhar.

SRA. MARIVANE ANHANHA ROGERIO: Faltou um detalhe: as placas nas calçadas. Isso é uma coisa bem importante para a gente normatizar, porque elas são colocadas quase que no meio da calçada. No Centro Histórico tem muitas placas uma do lado da outra, uma aqui a outra ali e a outra lá. E os cadeirantes, como eu disse, têm muita dificuldade, não só eles, nós também porque, às vezes, a gente está carregando sacola, está cheio de coisa e se depara com essas placas. Eu acho que a gente precisa também normatizar isso.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito. O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Um item que a senhora falou aqui que eu preciso recuperar para a gente não deixar a senhora sem resposta que é sobre as caçambas de resíduos sólidos. Não pode a caçamba em cima da calçada, o local dela não é ali. Então acredito que ninguém na Prefeitura concorda com a colocação disso em cima da calçada, ela vai ter de estar na via, como se ela ocupasse um espaço de estacionamento. Então eu me coloco à disposição, tanto Ver. Pablo, como o Ver. Adeli também, de nos passarem onde é que é isso, por que qualquer vereador daqui vai entrar em contato com o EPTC para fazer a remoção. Não tenha dúvida disso, não pode estar ali, a calçada é para as pessoas.

SRA. NELI MIOTTO: Já vou te responder. Ali próximo, em frente ao Shopping Total, na Av. Cristóvão Colombo, todas as lixeiras estão em cima da calçada, todas.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): A Sra. Lorecinda Ferreira Abrão está com a palavra.

SRA. LORECINDA FERREIRA ABRÃO: Eu só queria dar uma informação geral. Todas essas demandas que a gente comentou aqui: um terreno que está com lixo, enfim, as placas que a gente trata como poluição visual estão dentro da fiscalização. Então eu peço que deem o encaminhamento através do 156; pode ser através do telefone, também tem o aplicativo. O aplicativo nos facilita bastante porque podem ser colocadas imagens. Hoje todo mundo, com o celular, pode tirar a foto e colocar no aplicativo, e a gente consegue identificar melhor porque, às vezes, o endereço não está muito certo, mas, com a imagem, a gente consegue chegar no lugar; por favor, ajudem a cuidar da cidade; denunciem no 156, que a gente tem mais condições. Hoje, a fiscalização trabalha por demanda, a gente não sai pela cidade fiscalizando, mas também a gente tem oito mil demandas em atendimento. Então, por favor, o cidadão, nos ajudando, a gente vai diretamente no endereço que está acontecendo a ocorrência. Está certo?! Muito obrigada pela atenção.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu vou solicitar a ti, Lorecinda, que envie por pacote ou por *e-mail* aqui para comissão, do que nós temos acumulado, a assessoria aqui, da presidência, é o Shin, nós vamos fazer alguns encaminhamentos, tem os assessores aqui da comissão para essas questões, e nós vamos depois combinar com os vereadores desta comissão, porque não somos só nós aqui, tem os outros vereadores também. Quais são os próximos passos? Nós não vamos ficar nisso, ou seja, se nós chamamos uma reunião é para dar consequência. Com a sua presença aqui, você ouviu aqui a gravidade que tem para os idosos; ela está falando em nome da comissão municipal, as pessoas aqui falaram em nome de comunidades; se nós chamarmos alguém da Zona Sul, vão falar as mesmas coisas. Então acho que nós temos que fazer um trabalho conjunto. Eu sei que, se eu apresentar uma legislação para os patinetes, não vai resolver o problema. Se nós tivermos outros vereadores que vão abraçar

juntos, é mais fácil aprovar o projeto aqui, e discutir com outras pessoas, porque as pessoas podem querer modificar os projetos. Podemos pegar exemplos de outros lugares, como eu citei agora, o prefeito vai para Cartagena, que é uma cidade maravilhosa, eu acho que é um grande exemplo para nós, para que Porto Alegre seja uma cidade bacana.

Para terminar, Pablo e Moisés, se me permitem, o Jockymann, os mais antigos conheceram um jornalista famoso chamado Sergio Jockymann que escreveu um artigo sobre a Porto Alegre que o impactou nos anos 40; ele fala na *la belle époque*. Ele começa a falar com um interlocutor, ele é muito sarcástico, irônico, sempre foi, um grande cronista... “Estou falando da Praça da Alfândega”. “Não, você está falando de Paris”. Ele diz: “Não, eu insisto, é Porto Alegre.” Então ele fala de Porto Alegre com um encantamento que poucos têm. Está num livro que o Serguis Gonzaga editou, pela UFRGS, em 1993; é encantador, pessoas falando sobre Porto Alegre, e claro que nós temos alguns problemas.

Em 1820, quando o Saint-Hilaire chegou aqui, ele elogiou muito Porto Alegre, as pessoas, a cidade, mas falou uma coisa e depois outros visitantes falaram, e que é o nosso grande problema hoje, acho que está no DNA. Porto Alegre é muito bonita, mas é suja. Então nós também temos esse problema, é suja, tem calçada quebrada, não é só a administração, as pessoas também põem lixo fora da lixeira, as pessoas têm que fazer a sua calçada e não fazem, vão gastar horas e horas em discussão na câmara de mediação, uma empresa; não, convenhamos né, tem que ser duro, vou dizer, Lorecinda, seja dura, porque Porto Alegre merece.

Quero agradecer a todas e a todos que estão aqui hoje, e que busquem os vereadores, busquem esta comissão de modo especial, tenho prazer de voltar aqui para a Câmara e participar da CUTHAB. Obrigado. Bom dia. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h24min.)